

Anexo I

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2021

I. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

1. garantir ao Poder Legislativo os meios necessários ao cumprimento de suas atribuições, qualificando e modernizando os seus espaços, recursos, serviços e procedimentos legislativos, implementando novos processos e aperfeiçoando os já existentes, por meio de gestão compartilhada na administração da legislatura;

2. aperfeiçoar os mecanismos de participação e interação da sociedade com o Parlamento, inclusive garantindo recursos e logística para a realização de audiências públicas, seminários e demais eventos promovidos pelo Legislativo, inclusive fora das dependências da Assembleia Legislativa;

3. ampliar e democratizar a comunicação da Assembleia Legislativa com a sociedade, modernizando a infraestrutura e logística de áudio e vídeo, e criando condições de adequação aos avanços tecnológicos e às mudanças nos marcos regulatórios; bem como intensificar a utilização dos demais meios de comunicação e divulgação institucional, a fim de facilitar a todos os segmentos da sociedade o acompanhamento dos trabalhos do Parlamento;

4. dar continuidade à reestruturação administrativa da Assembleia Legislativa, mediante criação ou extinção de cargos e/ou funções, bem como ao provimento de cargos e funções legalmente destinados ao Poder Legislativo;

5. expandir o projeto de informatização e os mecanismos de tecnologia de informação direcionados à qualificação dos serviços da Assembleia Legislativa, mediante aquisição e atualização de

equipamentos e programas, e a elaboração de projetos e sistemas, visando seu pleno desempenho e expansão da rede instalada, inclusive via acesso remoto ou mediante a interligação com bancos de dados que permitam a troca de informações, cadastros e dados, no interesse das atividades do Poder Legislativo;

6. promover a progressão funcional e a recomposição e revisão do poder aquisitivo dos vencimentos e proventos de modo a valorizar os servidores, buscar condições orçamentárias necessárias para o pagamento de passivos de pessoal, respeitando os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, além de implementar o pagamento de outras vantagens, inclusive parcelas atrasadas, e conceder aumento e/ou realinhamento de estruturas remuneratórias;

7. promover a qualificação dos servidores, intensificar a capacitação do quadro funcional, otimizando o treinamento e desenvolvimento corporativo; dar continuidade ao desenvolvimento de projetos objetivando a gestão estratégica de pessoas e a manutenção da saúde ocupacional dos servidores em exercício na Assembleia Legislativa;

8. dar continuidade ao processo de interiorização da Assembleia Legislativa, de forma própria e também em parceria institucional e de logística com organismos representativos de segmentos da sociedade gaúcha, como forma de concretizar a aproximação dos trabalhos parlamentares com a população promovendo uma ampla discussão sobre temas relevantes, visando à promoção de políticas públicas

capazes de beneficiar os diversos segmentos heterogêneos da nossa sociedade;

9. promover a cooperação técnica dos órgãos deste parlamento com entidades, municipais, estaduais, nacionais e internacionais, públicas ou privadas; inclusive com as escolas de gestão ou de governo do Poder Executivo, Tribunal de Contas, Ministério Público, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, Procuradoria Geral do Estado, e de organismos representativos de prefeitos municipais e vereadores, visando à promoção de políticas e o debate de temas de interesse público e social para a população gaúcha;

10. dar continuidade a ampliação, construção, aquisição, reforma e recuperação das instalações da Assembleia Legislativa, racionalizando e otimizando seu espaço físico, adequando-o a novas formas de utilização, facilitando o acesso ao público em geral e, em especial, às pessoas com deficiência;

11. promover as condições tecnológicas e materiais necessárias para a manutenção e o aprimoramento do cumprimento da Lei de Acesso à Informação, aproximando, desse modo, o Parlamento da sociedade gaúcha;

12. promover e incentivar o desenvolvimento de atividades culturais, objetivando a integração da sociedade como patrimônio histórico, artístico e cultural do Rio Grande do Sul;

13. promover as condições materiais e humanas necessárias para a recepção oficial de autoridades e personalidades públicas em visita ao Parlamento, bem como para reuniões administrativas e prestação de contas à comunidade e veículos de comunicação social, conforme deliberação da Mesa Diretora; e

14. implementar ações objetivando o apoio técnico institucional às Câmaras de Vereadores do Estado do Rio Grande do Sul.

II. TRIBUNAL DE CONTAS

1. atingir o índice de 95% de julgamento de Contas de Gestão Estadual e Municipal e de emissão de Pareceres de Contas de Governo Municipal;

2. realizar 2.700 procedimentos de fiscalização (auditorias, inspeções, monitoramentos, diligências, etc) e 21.000 procedimentos de instrução processual;

3. prover os cargos legalmente destinados ao Tribunal de Contas do Estado, inclusive mediante a realização de concurso público;

4. criar ou extinguir cargos e/ou funções;

5. promover a alteração dos vencimentos, gratificações, indenizações e benefícios dos Conselheiros, Conselheiros Substitutos, Procurador, Procuradores Adjuntos e Servidores, Ativos e Inativos, bem como efetuar o pagamento de passivo de pessoal de exercícios anteriores;

6. complementar a reestruturação do Plano de Carreira dos Servidores;

7. implantar e fortalecer boas práticas de gestão e governança institucional, dentre elas a Gestão de Riscos, contribuindo com o alcance dos Objetivos do Planejamento Estratégico 2018-2022, aprovado pela Resolução nº 1101/2018

8. dar continuidade à expansão, atualização e melhoramento na infraestrutura dos serviços técnicos e administrativos do Tribunal de Contas do Estado, incluindo seus Serviços Regionais;

9. dar seguimento à implementação do Processo Eletrônico Administrativo;

10. ampliar e aprimorar o uso de Tecnologia da Informação – TI, mediante a aquisição e atualização de equipamentos e programas, bem como através da elaboração de projetos e sistemas, visando à plena utilização e expansão da rede instalada, inclusive via acesso remoto;

11. dar continuidade à implantação dos projetos voltados à modernização das atividades de controle externo e à transparência das atividades do Governo que são objeto de fiscalização por este TCE (Processo Eletrônico, Licitacon, Estruturação do Macroprocesso do TCE, SiapesWeb, Qlikview, etc.);

12. fortalecer e ampliar a atuação da Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Juruena, visando ao aperfeiçoamento e à capacitação do corpo funcional, servidores públicos e agentes políticos, contemplando, inclusive, a interação do Tribunal de Contas com os demais órgãos técnicos e a sociedade, tendo em vista suas atribuições de natureza preventiva e de orientação; e

13. dar continuidade ao controle de custos e avaliação dos resultados dos programas que serão financiados com recursos orçamentários, nos termos que estabelece a Lei Complementar nº 101/2000.

III. PODER JUDICIÁRIO

1. garantir ao Poder Judiciário os meios necessários ao cumprimento de suas atribuições constitucionais, qualificando os serviços e procedimentos, visando a atender com eficiência e eficácia a demanda da prestação jurisdicional;

2. criar Comarcas, Juizados, Varas, cargos de Juiz, bem como funções e cargos auxiliares e de assessoramento na Justiça de 1.º Grau;

3. criar Câmaras, Grupos, cargos de Desembargador, bem como funções e cargos auxiliares e de assessoramento na Justiça de 2.º Grau;

4. realizar concurso público para o preenchimento dos cargos vagos na Justiça de 1.º e 2.º Graus, assim como dos cargos de Magistrados e servidores a serem criados nas duas instâncias;

5. prover os cargos e funções criados e vagos no 1.º e 2.º Graus;

6. criar e preencher os cargos para atender às necessidades de Cartórios Judiciais Estatizados em razão de vacância, bem como daqueles que vierem a ser estatizados;

7. promover, quando necessário, a elevação de entrância das comarcas;

8. implementar efetivamente as ações previstas no Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça;

9. ampliar o número de Juizados Especiais dotando-os de infraestrutura necessária ao desenvolvimento de suas atividades, objetivando maior agilização da Justiça de 1.º grau;

10. custear e/ou promover cursos, simpósios, congressos, encontros e seminários visando ao treinamento e aperfeiçoamento de Magistrados e servidores;

11. efetuar o realinhamento das classes funcionais com a implantação do plano de carreira dos servidores e atender às disposições decorrentes da implantação do novo “Estatuto dos Servidores da Justiça”;

12. conceder reposição salarial aos servidores, assim como recuperar as perdas existentes e promover a revisão de auxílios;

13. promover a alteração do valor nominal do subsídio, nos termos dalei;

14. autorizar o pagamento de passivo de exercícios anteriores, benefícios e outras vantagens de pessoal para Magistrados e servidores;

15. promover melhorias nas instalações da Justiça, com construção, ampliações, reformas, adaptações e manutenção de prédios;

16. adquirir equipamentos em geral, especialmente de informática, telefonia e segurança, veículos e mobiliários, destinados a atender às necessidades do 1.º e 2.º graus;

17. manter e ampliar a informatização do Poder Judiciário, abrangendo todas as comarcas do Estado, visando a agilizar os serviços jurisdicionais na crescente demanda da sociedade;

18. incrementar os níveis de investimento do Poder Judiciário, inclusive com as compensações necessárias das receitas vinculadas a estes fins;

19. promover e incrementar condições laborais que garantam melhor qualidade de vida no trabalho, bem como implementar políticas de proteção à saúde de servidores e magistrados, objetivando bem-estar físico, mental e social, em consonância com as orientações normativas do Conselho Nacional de Justiça;

20. estimular a criação de Conselhos Municipais Penitenciários, auxiliando na humanização dos presídios e ressocialização do preso;e

21. criar Centros Judiciários de solução consensual de conflitos, responsáveis pela realização de sessões e audiências de conciliação e mediação e pelo desenvolvimento de programas destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, antes e depois da propositura da demanda judicial, previsto no art. 165 do NCPC.

IV. MINISTÉRIO PÚBLICO

1. prover o Ministério Público de recursos materiais necessários para o cumprimento de suas funções legais e constitucionais e aumentar a eficiência e eficácia nas áreas de sua atuação, dotando a Instituição de recursos humanos e promovendo o realinhamento remuneratório;

2. dar continuidade ao sistema remuneratório com base no artigo 39, § 4º, combinado com o artigo 128, § 5º, inc. I, alínea “c”, ambos da Constituição Federal e com a Lei Estadual nº 12.911, de 11 de março de 2008;

3. ampliar a capacidade instalada da Procuradoria-Geral de Justiça e das Promotorias e Procuradorias de Justiça;

4. desenvolver trabalhos visando à preservação da memória da Instituição, por meio da operacionalização do Memorial do Ministério Público;

5. construir, reformar e ampliar sedes próprias em terrenos adquiridos ou recebidos para esse fim;

6. promover e incrementar, por meio de setores específicos, o aprimoramento técnico, profissional e cultural dos membros e dos servidores do Ministério Público, objetivando a melhor execução de seus serviços e a racionalização de seus recursos materiais, garantindo a eficiência e eficácia dos serviços prestados;

7. fomentar o estabelecimento da cultura da informação digital, focado no estímulo à utilização racional dos meios e disponibilização

de informações relevantes para a gestão e dotar o Ministério Público de ferramentas na área de Tecnologia da Informação (TI), que deem suporte aos serviços de processamento de dados, qualificando a informação e propiciando a realização de ações com maior grau de confiabilidade e eficácia;

8. prosseguir no cumprimento de suas funções institucionais, previstas na Constituição Federal e legislação específica;

9. desenvolver e gerir a estratégia da Instituição, num processo de aperfeiçoamento constante da Procuradoria-Geral de Justiça, com a finalidade de otimizar a aplicação dos recursos humanos e materiais disponíveis, qualificar os serviços prestados e ampliar a efetividade das ações ministeriais;

10. criar e prover cargos na carreira do Ministério Público e Serviços Auxiliares, de acordo com a necessidade;

11. realizar concursos públicos para o provimento de cargos iniciais da carreira do Ministério Público e do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo dos Serviços Auxiliares;

12. proceder ao pagamento de passivo de pessoal, benefícios e outras vantagens para membros e servidores, ativos, inativos e pensionistas, inclusive de exercícios anteriores;

13. promover a reposição remuneratória nos subsídios e vencimentos de membros, servidores e pensionistas, ativos e inativos, e recuperar perdas existentes;

14. efetivar o reordenamento das classes funcionais, com a reestruturação do plano de carreira dos servidores e implantar o Estatuto dos Servidores do Ministério Público;

15. desenvolver ações integradas nas áreas criminal, civil, do meio ambiente, da infância e juventude e da probidade administrativa, por meio de captação de recursos junto a Organismos Nacionais e Internacionais;

16. dinamizar o relacionamento e a interação com os Poderes e Instituições de Estado, bem como com a sociedade civil organizada;

17. aproximar a Instituição da Sociedade, de modo a facilitar o acesso a todas as suas áreas de atuação, ampliando os espaços de interlocução com as bases comunitárias e agilizando o reconhecimento das demandas sociais, contribuindo para a construção de um ambiente propício ao desenvolvimento de ações conjuntas para o atendimento dos anseios sociais;

18. ampliar parcerias com os conselhos municipais e estaduais, as universidades, as escolas e outras organizações sociais;

19. implementar ações provenientes de parcerias firmadas com terceiros, por meio de convênios e acordos;

20. prosseguir a implementação do planejamento estratégico da Instituição, objetivando a concretização do posicionamento de

transformação da realidade social e protetora dos direitos fundamentais, com a aplicação de novas ferramentas de gestão;

21. aplicar recursos orçamentários provenientes de outras esferas de governo, da criação de novas receitas próprias ou da redistribuição de receitas já existentes;

22. promover a gestão de recursos humanos, proporcionando a valorização dos membros e servidores do Ministério Público, reafirmando a sua preocupação quanto ao bem-estar do seu corpo funcional e com a qualidade de vida no trabalho, por meio de ações voltadas para a saúde ocupacional, favorecendo as condições plenas de desenvolvimento humano;

23. manter diálogo informativo com a sociedade e o cidadão, sobre ações institucionais, disponibilizando os canais de Serviço de Atendimento ao Cidadão (Ouvidoria), e a Rádio MP; e

24. aplicar os recursos do Fundo de Reconstituição de Bens Lesados – FRLB destinados a ressarcir à coletividade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, à economia popular, a bens de direito de valor artístico, histórico, estético, turístico e paisagístico, à ordem urbanística, à ordem econômica, ao patrimônio público, à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos, ou a qualquer outro interesse difuso ou coletivo.

V. DEFENSORIA PÚBLICA

1. prover a Defensoria Pública de recursos materiais necessários para o cumprimento das suas funções legais e constitucionais;

2. aumentar a eficiência e a eficácia nas áreas de sua atuação, dotando a Instituição de recursos humanos, Defensores Públicos e Servidores, e promovendo adequação do subsídio;

3. construir, adquirir e reformar sedes próprias, possibilitando a instalação da Defensoria Pública em todas as comarcas do Estado;

4. locar imóveis para a estruturação das sedes da Defensoria Pública nas comarcas do Rio Grande do Sul;

5. implantar o acesso à Internet em todas as comarcas de atuação da Defensoria Pública;

6. implantar e manter o desenvolvimento do Sistema de Informação - SI, Tecnologia de Informação - TI e Recursos Humanos - RHE na Defensoria Pública, e ampliar a informatização, abrangendo todas as Defensorias do Estado, visando agilizar a prestação de assistência jurídica aos necessitados;

7. realizar concurso nas áreas institucional e serviços auxiliares, suprindo o atendimento em todas as comarcas do Estado;

8. conceder reposição remuneratória aos servidores ativos, inativos e pensionistas e recuperar perdas existentes;

9. promover a alteração do valor nominal do subsídio para Defensores Públicos ativos, inativos e pensionais, nos termos da Lei;

10. proceder ao pagamento de passivo de pessoal, benefícios e outras vantagens para membros e servidores, ativos, inativos e pensionistas;

11. realizar cursos, simpósios, congressos, encontros e seminários visando à capacitação dos agentes e dos servidores para uma melhor prestação dos serviços;

12. captar recursos junto a organizações internacionais e à União para desenvolver ações integradas de estruturação institucional, nas áreas criminal, da execução penal, cível, da infância e juventude, dos direitos humanos, do direito do consumidor, da regularização fundiária, do meio ambiente e da violência doméstica;

13. realizar projetos específicos para atendimento nas áreas criminal, da execução penal, cível, da infância e juventude, dos direitos humanos, do direito do consumidor, da regularização fundiária, do meio ambiente e da violência doméstica;

14. realizar mutirões de atendimento;

15. elaborar o planejamento estratégico da instituição, com ênfase na política de gestão, visando à reestruturação administrativa da Defensoria Pública, com a finalidade de otimizar a aplicação dos recursos humanos e materiais disponíveis, ampliando a qualificação dos serviços prestados;

16. dinamizar o relacionamento e a interação com os Poderes e demais instituições de Estado, bem como a sociedade civil organizada;

17. promover a implementação do planejamento estratégico da Instituição, objetivando a plena consecução do objetivo institucional de promover o acesso à justiça aos necessitados;

18. elaborar projeto para análise funcional e estrutural da disposição organizacional da Defensoria Pública, com vistas a propor alterações, ampliações ou ajustes;

19. ampliar a atuação da Defensoria Pública, estendendo o atendimento a todas as comarcas e incrementando parcerias com municípios, universidades e outras organizações sociais;

20. prosseguir no cumprimento de suas funções institucionais, previstas na Constituição Federal e legislação específica;

21. aplicar recursos orçamentários provenientes de outras esferas de governo, da criação de novas receitas próprias ou da redistribuição de receitas já existentes;

22. manter a execução do Projeto de Modernização Institucional - PMI, com recursos provenientes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES;

23. consolidar a identidade visual da Defensoria Pública; e

24. desenvolver e promover ações publicitárias visando à divulgação institucional, educação em direito da população e outras ações que visam a busca à cidadania.

VI. PODER EXECUTIVO

As prioridades e metas do Poder Executivo para o exercício de 2021 são compostas pelos Projetos Estratégicos vinculados aos Programas Temáticos, Ações Programáticas, Iniciativas e Indicadores de Resultados das Ações ou Meta do Produto da Iniciativa definidas para acompanhamento no exercício 2021:

Programa	Ação	Iniciativa	Indicador de Resultado da ação OU Produto da iniciativa	Valor de Referência	Valor desejado	Projeto Estratégico
Acelera RS	Ambientes de Inovação	INNOVA - Desenvolvimento e implantação de Ecossistemas Regionais de Inovação no RS	Ecossistema Regional de inovação estabelecido	N/A	5	Inova RS
		Conecta: rede de fibra ótica de alta velocidade para as escolas estaduais	Escola conectada	N/A	50	Conecta RS
	Conhecimento em Inovação, Ciência e Tecnologia	Startup Labs: Empreendedorismo Intensivo em Conhecimento	Feira e missão apoiada	N/A	8	Startup Labs
		Tech Futuro: tecnologias portadoras de futuro para setores econômicos estratégicos	Workshop regional organizado	N/A	5	Techfuturo
	Fazer e Viver a Cultura no RS	Sistema Estadual de Cultura	Evento e ação cultural realizada	N/A	10	Sistema Estadual de Cultura
		Fomento à cultura	Taxa de variação do número de estabelecimentos de Atividades Artísticas, Criativas e de Espetáculos	N/A	15,8%	Fomento à Cultura
	RS Criativo	Capacitação e formação na área da economia criativa; Disponibilização de pesquisa e informações sobre Economia Criativa; e Realização de atividades de internacionalização na área da Economia Criativa.	Percentual do setor cultural no emprego formal	3,3%	3,5%	RS Criativo
Campo em Ascensão	Combate à Infraestrutura	Apoio à Infraestrutura Rural	Açude ou reservatório para uso múltiplo construído	277	500	Acesso à água por construção de açudes para usos múltiplos

Programa	Ação	Iniciativa	Indicador de Resultado da ação OU Produto da iniciativa	Valor de Referência	Valor desejado	Projeto Estratégico	
	Precária no Campo		Poço tubular construído	N/A	100	Combate à escassez de água por perfuração de poços	
		Barragem Jaguari	Reservatório de água construído	70%	99%	Barragem Jaguari e Sistemas Associados	
		Barragem Taquarembó	Reservatório de água construído	70%	99%	Barragem do Rio Taquarembó e Sistemas Associados	
	Novos Negócios e Comercialização	Apoio à Comercialização e Fortalecimento dos Sistemas Locais e Regionais de Abastecimento		Feira de negócio apoiada	N/A	50	Fortalecimento de Cooperativas da Agricultura Familiar
		Fomento a Cadeias Agropecuárias Gaúchas		Percentual de cadeias agropecuárias beneficiadas por programas de fomento	50%	100%	Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Peixe
							Incremento à produção e qualidade do milho - Pró-Milho RS
						Programa de correção e acidez do solo do RS	
	Sanidade animal e vegetal	Defesa e inspeção animal e vegetal		Módulo de emissão de laudos do Laboratório de Referência Enológica concluído	N/A	50%	Ampliação e modernização do LAREN - Laboratório de Referência do Estado
		Certificação de zona livre de Febre Aftosa sem vacinação		Percentual de atendimento às condições para obtenção da Certificação de Zona Livre de Febre Aftosa	13%	100%	Certificação de zona livre de Febre Aftosa sem vacinação
		Defesa e inspeção animal e vegetal		Taxa de Auditoria nos serviços de inspeção municipal demandada pelo MAPA realizada	100%	100%	Certificação da Sanidade da Pecuária Gaúcha
	Serviços Digitais para o Campo	Agricultura com Acesso Digital		Percentual de serviços disponíveis da plataforma Agricultura com Acesso Digital	N/A	100%	Agricultura com Acesso Digital
	Desenvolve RS	Desenvolvimento Regional	Desenvolvimento por meio da Participação Popular	Participação popular digital ampliada	30%	70%	Consulta Popular RS
			Apoio a famílias em vulnerabilidade social	Agricultor beneficiado com tecnologias sociais para	N/A	600	Acesso à segunda água - SICONV 777118/2012

Programa	Ação	Iniciativa	Indicador de Resultado da ação OU Produto da iniciativa	Valor de Referência	Valor desejado	Projeto Estratégico
		cadastradas no CadÚnico (Segunda Água)	segurança alimentar e hídrica			
	Incentivo à Permanência no Campo	Formação, educação, profissionalização e capacitação para o desenvolvimento rural e apoio à permanência do jovem no campo	Bolsa concedida	500	500	Apoio à permanência do jovem no campo
		Regularização Fundiária e Ambiental	Percentual de hectares de terra com medição topográfica	N/A	100%	Regularização Fundiária e Ambiental de Assentamentos e Reassentamentos
		Programa Troca-Troca de Sementes	Saca de semente disponibilizada	205.000	210.000	Qualificação da disponibilização de sementes para a Agricultura Familiar
	Invest RS	Atração de Investimentos e Promoção Comercial; Apoio a empresas em Feiras Internacionais	Participação das exportações no PIB	17,3%	19,3%	INVEST RS
	RS Competitivo	RS Fomento Financeiro	Instituição com parceria estabelecida	N/A	6	Acesso Crédito
	RS Turismo Sustentável	Fomento ao Turismo	Número de rotas/roteiros turísticos ofertados	220	264	RS Turismo
Educa + RS	Educação para a Nova Economia	Atualização de cursos ofertados na Educação Profissional a partir dos Arranjos Produtivos Locais; Atualização da matriz curricular no Ensino Médio integrado e Educação Profissional voltada para a nova economia	Curso ofertado na Educação Profissional	N/A	362	Educação Profissional
		Implantação do Novo Referencial Curricular Gaúcho para o Ensino Fundamental e Médio com base na BNCC	Escola de Ensino Fundamental e Médio com Projeto Político Pedagógico reformulado/implantado	N/A	2.497	Currículo em Ação
			Escola com o Programa Jovem RS Conectado no Futuro Implementado	N/A	2.497	Implantação do Jovem RS

Programa	Ação	Iniciativa	Indicador de Resultado da ação OU Produto da iniciativa	Valor de Referência	Valor desejado	Projeto Estratégico
		Atualização da matriz curricular no Ensino Médio integrado e Educação Profissional voltada para nova economia	Escola com Matriz Curricular voltada para o jovem no mercado de trabalho da nova economia implantada	N/A	40	Novo Ensino Médio
	Formação Continuada na Educação	Aperfeiçoamentos dos profissionais de educação por meio de formação continuada; e PRO DOCENTE + Formação inicial e continuada	Percentual de Profissionais de Educação da Rede Pública Estadual qualificados com formação continuada	N/A	100%	Centro de Formação dos Profissionais da Educação
	Garantia do Acesso e Permanência dos Alunos na Educação Básica	Apoio ao transporte escolar	Aluno atendido pelo Programa do Transporte Escolar	N/A	83.077	Transporte Escolar
		Apoio à Alimentação Escolar	Aluno beneficiado pelo Programa de Alimentação Escolar	N/A	873.000	Alimentação Escolar
		Implementação de ações de prevenção à violência nas escolas e comunidades escolares	Escola com Comissão Interna de Prevenção a Acidentes e Violência Escolar - CIPAVE + implementada	N/A	2.497	CIPAVE
		Implantação de ações educacionais, sociais e culturais por meio de parcerias com instituições governamentais e não governamentais	Instituição com projeto em parceria com entidade civil sem fim lucrativo implantado	N/A	149	Mais Parcerias
	Qualificação da Aprendizagem	Implantação dos Projetos de Aceleração RS para os anos finais do Ensino Fundamental	Escola com Projeto Aceleração RS implementado e monitorado	N/A	100	Faças
		Implementação do Sistema de Avaliação da Educação Básica no Estado do RS	Escola com o Projeto Aluno Presente voltado à correção de fluxo implantado	N/A	2.497	SAERS 2020/2022
	Qualificação da Infraestrutura Física,	Qualificação da rede pública estadual, com aquisição de materiais e equipamentos	Percentual de escolas com espaços pedagógicos e	20%	70%	Tecnologias para Educação

Programa	Ação	Iniciativa	Indicador de Resultado da ação OU Produto da iniciativa	Valor de Referência	Valor desejado	Projeto Estratégico
	Administrativa e Pedagógica das Escolas	básicos, pedagógicos e tecnológicos	administrativos qualificados			
		Implementação de ações que possibilitem a qualificação da infraestrutura física, administrativa e pedagógica das escolas da Educação Básica e de Educação Profissional	Percentual de escolas com intervenção na rede física	25%	70%	Obras Escolares
Evolução Sustentável	Gestão em Proteção e Defesa Civil	Gestão de Projetos, Estudos de Alternativas e Concepções de Obras para Prevenção de Cheias na Região Metropolitana de Porto Alegre	Banco de dados para macrodrenagem em nível regional e municipal nas Bacias dos rios Caí, Arroio Feijó, Sinos, Gravataí e município de Eldorado do Sul elaborado	N/A	5%	PAC prevenção de Inundações
		Desenvolvimento, manutenção e expansão do Sistema de Gerenciamento de Risco e Desastre	Sistema baseado em software de gestão de proteção e defesa civil estruturado	25%	50%	Gestão em Proteção e Defesa Civil
	Promoção da Gestão Ambiental	Plano Estadual de Saneamento - PLANESAN-RS	Conjunto de programa, projeto e ações e sistemas de governança para acompanhamento formulado,	N/A	1	Plano Estadual de Saneamento – PLANESAN RS
Governo 4.0	Eficiência e assertividade no gerenciamento de obras públicas	Ampliação do uso do Sistema de Gestão de Obras - SGO	Desconto médio anual obtido pelo Estado em obras licitadas utilizando o Sistema de Gestão de Obras	27%	27%	SGO – Sistema de Gestão de Obras
		Implantação da Estratégia BIMGov-RS (BuildingInformationModeling)	Tecnologia BIM implantada em órgão público do RS	0%	2 unidade	BIMGov (BuildingInformationModel)
	Integridade e boas práticas de governança pública	Qualificação de Agentes Públicos nas áreas de Ética, Transparência, Controle Público e Integridade	Servidor qualificado	N/A	30	Programa de Qualificação e Sensibilização de Agentes Públicos Estaduais em Controles Público e Social

Programa	Ação	Iniciativa	Indicador de Resultado da ação OU Produto da iniciativa	Valor de Referência	Valor desejado	Projeto Estratégico
	RS Digital	Disponibilização do Governo na palma da mão de todo cidadão	Percentual de serviços digitais conclusivos disponibilizados pela plataforma de serviços	11%	100%	RS.GOV.BR
	RS Pessoas	Modernização da Gestão de Pessoas	Percentual de processos de RH automatizados	N/A	100%	RS Pessoas
	Sistema de Governança 4.0	Implementação do Sistema de Governança 4.0.	Percentual de atingimento de metas pactuadas no Acordo de Resultados	53%	100%	Governança Estratégica
RS Cidadania	Ações Habitacionais	Regulariza RS - Regularização Fundiária e Urbana	Carência habitacional para famílias de baixa renda no RS	239.000	223.107	Regulariza RS – Regularização Fundiária e Urbana
	Fomento e Promoção do Esporte	Promoção do circuito esportivo e paradesportivo	Atividade esportiva realizada	5	7	Circuito Esportivo e Paradesportivo
		Pró-Esporte RS	Projeto com recurso do FEIE e LIE viabilizado	74	100	Pró-esporte RS
	POD+: Programa de Oportunidades e Direitos	Modernização do Processo de Ressocialização	Taxa de adolescentes privados de liberdade na FASE	161,59/100 mil habitantes	110/100 mil habitantes	Gestão de Obras - CASE Gestão dos novos CASEs
			Fortalecimento das Políticas de Atenção à Juventude – Centros da Juventude	Taxa de Homicídios de Jovens de 15 a 24 anos	0,88/100 mil habitantes	0,76/100 mil habitantes
		Fortalecimento e Implantação de Políticas para a Juventude	Juventude 4.0			
	Proteção à Vida e Promoção do Trabalho	Ações de Orientação e Preparação para o Mundo do Trabalho	Aluno orientado por intermédio do projeto Sine na Escola	N/A	9.000	Sine na Escola
		Articulação com o Terceiro Setor e Empresas para Desenvolvimento de Projetos Sociais	Entidade com projetos sociais apoiada	N/A	50	Lei da Solidariedade (Pró-Social)
		Educação Permanente para o Aprimoramento e Qualificação da Rede Socioassistencial	Município apoiado e capacitado para ampliação cadastral do Cadastro Único	N/A	129	Sistema Estadual de Gestão Digital da Assistência Social (SEG DAS)

Programa	Ação	Iniciativa	Indicador de Resultado da ação OU Produto da iniciativa	Valor de Referência	Valor desejado	Projeto Estratégico
			Município apoiado tecnicamente no Programa Criança Feliz	N/A	80	Criança Feliz
		Ações de Desenvolvimento e Qualificação Profissional	Pessoa orientada	N/A	50	Profissional do Futuro
			Pessoa qualificada	N/A	50	Qualificação Profissional
		Acesso Universal à Alimentação Adequada e Saudável	Sistema de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável mantido	N/A	1	Hortas Urbanas - Coletivo Vivo
	Qualificação e Sustentabilidade das Instituições Culturais	Finalização da obra do Teatro da Ospa; Requalificação de museus por meio de parcerias público-privadas; e Restauração e requalificação de prédios históricos culturais.	Percentual de instituições culturais com estrutura em boas condições	N/A	100%	Qualificação e Sustentabilidade das Instituições Culturais
	Reconectando Vidas	Implantação, Qualificação e Manutenção do Atendimento de Acolhimento Institucional de Criança e Adolescente	Espaço de acolhimento institucional reformado e adequado	N/A	8	Reforma de abrigo para a transferência de atendimento - FPE
	RS Cidadania	Aperfeiçoamento do Planejamento, da Cidadania e dos Direitos Humanos	Mapa Social disponibilizado		1	Marco Legal dos Direitos Humanos
		Implantação da Rede de Serviços Integrados - Casas da Cidadania	Casa da Cidadania implantada		1	Fortalecimento da Cidadania por meio de Políticas Públicas Estaduais
			Serviço Digital implantado	N/A	1	Modernização das Centrais de Atendimento – “Tudo Fácil”
RS Infraestrutura	Amplia RS: ampliação e manutenção da malha rodoviária estadual	Construção de Acessos Municipais	Veículos envolvidos em acidentes fatais na malha rodoviária do RS	2.520	2.268	Acesso Municipal Cerrito
						Acesso Municipal Mariano Moro
						Acesso Municipal Ponte Preta
						Acesso Municipal São José das Missões
						Ligação Regional Crissiumal - Horizontina
Transportes: integração e	Modernização, Manutenção e Ampliação do Sistema Aeroportuário	Movimentação de Aeronaves-Aeroportos Regionais	17.039	18.743	Ampliação e Reaparelhamento do Aeroporto de Passo Fundo	

Programa	Ação	Iniciativa	Indicador de Resultado da ação OU Produto da iniciativa	Valor de Referência	Valor desejado	Projeto Estratégico
	otimização intermodal	Ampliação e Reparcelamento do Aeroporto de Santo Ângelo	Movimentação de Aeronaves-Aeroportos Regionais	17.039	18.743	Ampliação e Reparcelamento do Aeroporto de Santo Ângelo
		Reestruturação dos Portos e Hidrovias do RS	Movimentações portuárias	61.500.784	79.319.000	Controle do Tráfego Portuário Implantação do Plano de Dragagem
	Fortalecimento e Inovação do Setor Energético	Pro Energia RS	Energia forte no campo implementado	N/A	50%	Energia Forte no Campo
RS Seguro	Adequação e Modernização do Sistema Prisional	Geração de Vagas Qualificadas no Sistema Prisional	Índice de retorno	71%	66%	Cadeia Pública de Alegrete
						Cadeia Pública de Caxias do Sul
						Cadeia Pública de Rio Grande
						Cadeia Pública Feminina de Passo Fundo
						Penitenciária Estadual de Guaíba
						Penitenciária Modulada Estadual de Charqueadas
						Presídio Estadual de Cachoeira do Sul
	Presídio Regional de Passo Fundo					
	Fortalecimento da Capacidade de Resposta da Segurança Pública	Adequação da Infraestrutura de atendimento da Segurança Pública	Estrutura física adequada ao atendimento disponibilizada na BM	N/A	2.500 m2	31º Batalhão da BM – Guaíba 33º Batalhão da BM - Sapucaia do Sul
		Ampliação e Melhoria dos Serviços Técnicos do Detran ao Cidadão	Serviço digital disponibilizado para o cidadão	N/A	12	Programa DETRAN/RS Digital – PDD
Gabinete de Gestão Integrada - GGI		Gabinete de Gestão Integrada implantado	N/A	2	GGI - Gabinete de Gestão Integrada	
Qualificação do atendimento da Segurança Pública por meio da modernização tecnológica		Equipamento de TI adquirido para o Corpo de Bombeiros Militar	N/A	125	Informatização do Licenciamento no CBMRS (SOLCBM)	
Políticas Sociais de Prevenção à Violência com Foco Territorial	Tô Ligado - Conectando Trajetórias	Banco de dados para oportunidades de trabalho implantado	N/A	1	Banco de Oportunidades	
		Jovem orientado para o Empreendedorismo	N/A	7000	Conectando Trajetórias- Gestão de Casos	

Programa	Ação	Iniciativa	Indicador de Resultado da ação OU Produto da iniciativa	Valor de Referência	Valor desejado	Projeto Estratégico
Simplifica RS	Modernização da Legislação e Sistemas na Área Ambiental	Desenvolvimento Integrado dos Sistemas Informatizados	Sistema online de licenciamento ambiental integrado - SOL	N/A	70	SOL Ambiental
Sustentabilidade Fiscal e Novas Parcerias	Gestão do Regime Próprio de Previdência Social	Processo Eletrônico Administrativo Previdenciário - PEA	Processo Eletrônico Administrativo Previdenciário implantado	N/A	25%	Processo Eletrônico Administrativo Previdenciário- PEA
	Modernização do sistema de controle interno e transparência	Monitoramento Inteligente das Necessidades de Auditoria - MINA	Recurso público monitorado de forma automatizada	N/A	30%	MINA – Monitoramento Inteligente das Necessidades de Auditoria
		Implantação da Lei Anticorrupção Estadual	Processo de Responsabilização julgado no prazo legal	N/A	100%	Implantação da Lei Anticorrupção
	Receita Digital 2030	Nota Fiscal Gaúcha - Trabalho e Assistência Social	Recurso repassado para entidade beneficiada pelo Nota Fiscal Gaúcha	N/A	100%	PNFG – Programa Nota Fiscal Gaúcha
		Fiscalização Especializada	Monitoramento especializado realizado	N/A	50%	Receita Digital 2030
	Sustentabilidade das Finanças Públicas	Programa de Qualidade do Gasto	Economia global acumulada	187.250.000	237.350.000	Programa de Qualidade do Gasto
Saúde Cidadã	Melhoria do acesso aos serviços de saúde	Aprimoramento da Assistência Farmacêutica	Percentual de repasse de financiamento do componente básico da Assistência Farmacêutica	32,62%	100%	Qualificação da Gestão da Assistência Farmacêutica no RS
			Percentual de medicamentos de responsabilidade estadual com estoque crítico	29,20%	5%	Fomento à implantação do Cuidado Farmacêutico no RS Promoção do acesso a medicamento padronizados de responsabilidade estadual
		Fortalecimento da Prevenção e Promoção em Saúde	Cobertura vacinal da campanha contra influenza ampliada	87%	90%	Qualificação das ações de imunização (Cobertura Vacinal)
	Cobertura vacinal de tríplice viral, dose única,		88,3%	92%		

Programa	Ação	Iniciativa	Indicador de Resultado da ação OU Produto da iniciativa	Valor de Referência	Valor desejado	Projeto Estratégico
			em crianças de 1 ano de idade, ampliada			
			Percentual de municípios infestados por Aedes aegypti	50%	10%	Controle do Aedes Aegypti
		Modernização da Gestão e da Assistência em Saúde	Central Estadual de Regulação Ambulatorial informatizada	N/A	50%	Informatização das Centrais Hospitalares e Ambulatoriais
			Central Estadual de Regulação Hospitalar informatizada	N/A	75%	
			Cobertura do atendimento pré-hospitalar de urgência	91	100	Implementação informatizada dos sistemas de urgência
			Percentual de internações reguladas	45%	75%	Reorganização dos serviços ambulatoriais e hospitalares no RS
			Sistema Estadual de Transplantes informatizado	N/A	50%	Modernização da Central de Transplantes
		Regionalização e Organização das Redes	Rede prioritária de atenção ambulatorial e hospitalar contratualizada	N/A	100%	Revisão Nova da Política dos Incentivos Hospitalares
	Promoção da qualidade de vida	Promoção da Primeira Infância Melhor (PIM)	Família atendida pelo Programa Primeira Infância Melhor (principal)	31.738	38.000	Primeira Infância Melhor (PIM)
		Promoção do envelhecimento saudável	Unidade Básica de Saúde Amiga do Idoso certificada	N/A	50	Qualificar o cuidado integral à pessoa idosa no Estado
	Redução da morbimortalidade por causas externas e doenças infectocontagiosas	Fortalecimento da Política Estadual de Saúde mental	Dispositivo da rede de atenção psicossocial ampliado	3.697	3.744	Política de atenção à pessoa com transtorno do espectro autista (TEA)
		Redução das doenças infectocontagiosas	Taxa de mortalidade por Aids (principal)	10,1/100 mil habitantes	8,3/100 mil habitantes	IST, HIV/AIDS e coinfeções: ações de educação, prevenção e assistência